

# HISTÓRIA E CULTURA AFRO NO ENSINO DE HISTÓRIA ATRAVÉS DO DOCUMENTÁRIO ATLÂNTICO NEGRO NA ROTA DOS ORIXÁS.<sup>1</sup>

Camila Batista Dos Santos<sup>2</sup>  
Monica Medeiros Xavier<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como finalidade refletir sobre a história e cultura afro no ensino de história através do documentário atlântico negro. Abordando questões como a lei 10.639/03, que instituiu a obrigatoriedade da discussão sobre a cultura afro-brasileira nas escolas desde o ensino fundamental ao médio, público e particular. Buscamos também discutir o uso de novas metodologias e fontes em sala de aula, pois o professor precisa de novas ferramentas além do livro didático para criar uma aula mais dinâmica. Para isso fez-se necessário a análise do documentário atlântico negro na rota dos orixás (1998) do diretor Renato Barbieri, que aborda questões ligadas ao tema ensino de história africana e afro-brasileira, pois o filme faz uma reflexão sobre os aspectos dos dois continentes.

**Palavra-chave:** Lei 10.639/03; Fontes; Cultura Afro-Brasileira;

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O trabalho de conclusão de curso aqui apresentado tem como tema “História e Cultura Afro no Ensino de História através do documentário Atlântico Negro Na Rota Dos Orixás” e surgiu da minha inquietação de saber mais sobre a história da cultura africana e afro-brasileira no contexto escolar, pois faz quinze anos que a lei 10.639/03 foi aprovada com o intuito de valorizar a presença do negro na formação do Brasil e sua cultura. Para isso usei o documentário *Atlântico Negro na rota dos orixás* para fazer uma abordagem historiográfica sobre o tema escolhido.

Durante minha experiência de estágio na escola Estadual Irmã Sá pude ter um contato maior com esta temática, sendo que foi a partir do Estágio Supervisionado III que percebi a pouca exploração em torno do ensino de história africana e afro-brasileira em sala de aula. Nas semanas que ficamos apenas observando, o professor abordou diversos temas, como a Segunda Guerra Mundial, a história das grandes civilizações, mas nada relacionado a história dos povos africanos. Por isso, sentimos a necessidade de trabalhar o ensino de história africana e afro-brasileira nas nossas regências, pois íamos dar cinco

---

<sup>1</sup>Artigo apresentado como exigência parcial para o título de Licenciado em História na Universidade do Estado do Amazonas, Centro de Estudos Superiores de Parintins-UEA/CESP.

<sup>2</sup>Estudante de graduação 8º semestre do curso de história do CESP/UEA, email:batistadossantoscamila@gmail.com

<sup>3</sup> Professora Doutora, Orientadora Monica Medeiros Xavier da Universidade do Estado do Amazonas. Centro de Estudos Superiores de Parintins, email:monicaxavierm@yahoo.com.br.

aulas. Então o professor nos relatou que durante sua formação não estudara sobre a temática, por isso não havia abordado com seus alunos ainda, o mesmo nos repassou como tema principal “África”, dessa forma poderíamos trabalhar com os estudantes tudo sobre o continente, valorizando seus diversos aspectos e desconstruindo mitos.

É importante discutir que muitas pesquisas em torno do ensino de história articuladas à identidade étnica foram feitas e estão sendo, principalmente a partir da aprovação da lei 10.639/03, mas ainda há grandes desafios, pois há uma marginalização, além do preconceito racial com os descendentes de negros e também com a população do continente africano, por isso é importante o papel do professor na formação identitária dos jovens negros. Neste sentido muitos livros didáticos com a temática africana e afro-brasileira estão sendo desenvolvidos especialmente para auxiliar os professores em sala de aula. Na nossa regência descobrimos um vasto material sobre as questões de identidade étnica, desenhos, livros infantis, pesquisas acadêmicas, filmes, documentários, tudo isto para ajudar na formação e reconhecimento da identidade negra no nosso país.

Apesar do preconceito ainda ser muito explícito em nossa sociedade atual, a importância do ensino de história e da escola para desconstruir a visão estereotipada do negro na sociedade é de grande relevância para a formação de estudantes, pois respeitar o outro sem agredir seu espaço é formar sujeitos críticos e altruístas. Isso é um desafio para os educadores e para a escola assim como a para própria história desconstruir esta visão que parte do eurocentrismo.

A escola tem que ter um papel mais ativo em relação à questão africana e afro-brasileira, não apenas no dia da Consciência Negra, mas ao longo do currículo escolar. Assim como o ensino de história deve parar de retratar o negro somente a partir da escravidão e evidenciar a cultura, os aspectos do continente, construindo dessa forma uma sociedade mais justa e futuramente livre do preconceito.

Discutir a temática africana e afro-brasileira através do documentário Atlântico Negro foi um desafio, pois foi um material que eu tive contato durante minhas pesquisas para aplicação da regência, até então não tinha assistido, quando assisti vi o quanto este material tem um amplo conteúdo. O documentário não foi feito para ser um recurso didático, mas com uma análise bem feita e seguindo um roteiro, o documentário pode auxiliar o professor na abordagem sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira. Ao utilizar o filme como recurso didático tivemos que ter o cuidado para não torná-lo apenas

um passatempo, para isso utilizamos um roteiro para nos ajudar e fazer com que os alunos participassem. Este documentário contribuiu de forma significativa para com o âmbito educacional, pois só o seu nome já traz uma bela reflexão. Sendo que o objetivo do trabalho é poder indicar caminhos para que os professores da rede da educação básica utilizem o documentário em suas aulas de história

A metodologia utilizada neste artigo iniciou-se com a pesquisa bibliográfica para a organização do arcabouço teórico, a partir das leituras e fichamentos das obras, as quais tratam o tema em questão. Em seguida fizemos a análise do documentário, fazendo um levantamento sobre o material, o ano em que foi lançado, quais os conteúdos abordados, compreender o porquê do nome *Atlântico Negro na rota dos orixás*, criando desta forma um roteiro que poderíamos seguir. A partir desses pontos transformamos o documentário em recurso didático para nos auxiliar nas aulas de história.

O artigo divide-se em cinco sessões: na primeira faço uma abordagem sobre a lei 10.639/03, pois é necessário saber em que contexto essa lei foi aprovada, buscando conhecer a história da mesma. Sendo que depois de 15 anos que a lei foi promulgada o ensino de história africana e afro-brasileira ainda é um desafio para ser trabalhado em muitas escolas do Brasil. Na segunda sessão discuto sobre a história do ensino de história e o uso de novas metodologias e fontes, que a partir da década de 80 no período da redemocratização, ganham espaço na área educacional, além de auxiliar os professores em sala de aula.

Na terceira sessão abordamos algumas questões relacionadas a experiência de estágio supervisionado II na escola estadual Irmã Sá. Foi no Estágio Supervisionado que surgiu a oportunidade de trabalhar a temática África em sala de aula e colocar em prática o que aprendi na universidade. Neste tópico, discorro ainda sobre a utilização do filme em sala de aula, como este surgiu, em que momento chegou ao Brasil e como é visto pela história. Na quarta sessão faço a apresentação do documentário *Atlântico Negro na rota dos orixás* e a análise do mesmo, fazendo um amplo panorama que este documentário traz consigo, além de analisar à fala dos historiadores que participam do filme.

Na última sessão, propomos uma forma de transformar este documentário em um recurso didático para auxiliar os professores e alunos nas aulas de história. Retratando através do documentário questões relevantes que podem estar explícitas ou não, mas cabe

ao professor e aos alunos como sujeitos em formação *desmontar* o filme, pois a lei 10.639/03 veio para garantir o estudo do ensino de história africana e afro-brasileira.

## **I. A EMERGÊNCIA DA TEMÁTICA AFRICANA NO ENSINO DE HISTÓRIA NO CONTEXTO DA LEI Nº 10.639/2003**

A lei 10.639 foi sancionada no ano de 2003 pelo então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva e alterou a Lei de Diretrizes Bases (LDB) da Educação de 1996. A lei 10.639/03 instituiu a obrigatoriedade da abordagem e do ensino sobre a cultura afro-brasileira nas escolas desde o ensino fundamental ao médio, público e particular, dando ênfase ao legado dos povos que aportaram no Brasil desde o século XVI e desde então um longo processo de luta pela liberdade, igualdade e o direito de praticar suas culturas iniciaria. Entender a promulgação desta lei e o contexto que a engendrou requer uma árdua pesquisa para que esse processo seja compreendido, tendo em vista que para lei ser aprovada tem todo um contexto histórico. É importante conhecer os desdobramentos, os estágios que esta lei passou para ser aprovada, bem como as trajetórias das lutas do Movimento Negro afim de democratizar o ensino de história.

A luta pelo direito à liberdade começa desde o momento em que os negros chegam ao Brasil para trabalhar como mão de obra escrava, sendo que não somente a escravidão, mas a Lei Áurea assinada em 1888 pela princesa Isabel constituíram-se em enormes desafios. Contudo os negros até então escravos, agora recém-libertos, tinham que sobreviver em uma sociedade que pregava o branqueamento, na qual o negro era um estorvo, o preconceito era explícito. Identificamos que no século XIX as teorias raciais foram introduzidas no Brasil, no entanto estas teorias passaram por um processo de adaptação no país. Estas doutrinas logo foram absorvidas pela sociedade e elite brasileira, fazendo com que criasse representações sociais diante de negros, mestiços, índios e imigrantes, estas teorias afirmavam que existia hierarquias biológicas entre as raças humanas, defendiam que a mistura racial era um atraso para o país (SCHWARCZ,1998, p.185). As autoras PEREIRA e SILVA apontam que foi:

Nesse momento, o negro teve de trilhar seu próprio caminho, separado de seus familiares, de suas raízes e suas identidades. Desse modo, era necessário que a iniciativa de se inserir numa sociedade excludente, discriminatória, e estamental, partisse do próprio negro. Que nesse complexo social, buscava formas de se afirmar e de sobreviver, de reconstruir sua identidade. Por esses e outros motivos, criou-se uma imagem estereotipada do negro, como sendo um indivíduo que pertenceria a uma “raça inferior” (PEREIRA; SILVA, 2012, p. 3).

Para isso vemos que o negro teve que enfrentar esses desafios para afirmar sua identidade perante uma sociedade excludente e formar movimentos que estivessem engajados na luta, na qual pudesse ser vistos como sujeitos atuantes na história do Brasil e não apenas como objetos. Vemos através da historiografia como estes movimentos negros tornaram-se a base para conquistas importantes. Para DOMINGUES (2007):

O movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum” (DOMINGUES, 2007, p. 101)

Os movimentos negros começaram a se organizar muito antes da Abolição da Escravidão em 1888. Já no ano de 1884, algumas cidades do Brasil já haviam abolido a escravidão como o Ceará e o Amazonas, sendo que no período de 1880 os movimentos abolicionistas só cresciam no mundo e o Brasil acompanhava esse crescimento. Entre as formas de resistência estavam grandes embates parlamentares, manifestações artísticas, até revoltas e fugas massivas de escravos que a polícia e o exército não conseguiam controlar (ROSSI; COSTA, 2018). Muitas revoltas aconteceram sendo a mais famosa delas a Revolta de Malês<sup>4</sup> (1833), as outras foram a Revolta de Manuel Congo<sup>5</sup> (1838), a Balaiada<sup>6</sup> (1839-1842), além destas resistências é importante mencionar as fugas dos escravos e a formação dos quilombos, sendo o mais famoso deles o Quilombo de Zumbi dos Palmares. Essas formas de resistência contribuíram para pressionar o Estado a colocar fim na escravidão. Estes movimentos influenciaram e ajudaram para que a Lei Áurea fosse assinada.

Mesmo após a abolição, o Brasil não havia mudado nas questões de políticas públicas voltadas para a população negra. Após o fim da monarquia em 1889, iniciava a Primeira República brasileira. Este novo sistema político, porém não trouxe benefícios para a população negra, muito pelo contrário foram esquecidos pelo poder público, nesse período como foi mencionado as teorias de embranquecimento acabaram criando uma

---

<sup>4</sup> Foi um levante de escravos na cidade do Salvador, capital da Bahia, que aconteceu em 1835.

<sup>5</sup> Esta revolta aconteceu na região fluminense do vale do rio Paraíba, no Rio de Janeiro, Manuel Congo foi o líder.

<sup>6</sup> Foi uma luta popular que ocorreu na província do Maranhão durante os anos de 1838 e 1841.

grande desigualdade, e o racismo tornou-se um grande empecilho na busca por direito a educação, saúde e trabalho.

A marginalização da população negra brasileira fez com que estes criassem grêmios, clubes, organizações e associações ainda na Primeira República. Como exemplo, temos o Clube 13 de maio dos Homens de Preto (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), na área de notícias, jornais como A pátria (1899), O combate (1912) entre outros. No de 1931 foi criada a Frente Negra brasileira<sup>7</sup> (FNB) sendo no século XX a mais importante instituição brasileira em luta a favor da população negra (DOMINGUES, 2007).

Durante a Ditadura Vargas, os movimentos se tornaram inviáveis voltando apenas depois da queda do presidente com a criação da União dos Homens de Cor (UHC) em Porto Alegre em janeiro de 1943. A UHC foi um órgão que conseguiu grande visibilidade no cenário político brasileiro, tendo representantes em dez estados da federação. Outra iniciativa foi o Teatro Experimental do Negro (TEN-1944) que tinha como fundador Abdias do Nascimento tendo como intuito formar atores negro, porém acabou “defendendo os direitos civis dos negros na qualidade dos direitos humanos, o TEN propugnava a criação de uma legislação antidiscriminatória para o país” (DOMINGUES, 2007).

Com o fim da UHC e do TEN e o golpe de 1964, os movimentos negros perderam seus apoios políticos e só no ano de 1978 com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) voltou-se a luta a favor dos cidadãos negros no Brasil. Este movimento lutava contra o capitalismo e o racismo e tinha como base as ideias marxistas (DOMINGUES, 2007). O MNU defendia:

Desmitificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do movimento negro em movimentos de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da história da África e do negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país (DOMINGUES, 2007, p. 114).

Este movimento foi um divisor de águas dentre todos os movimentos negros, pois foi social, político, marcando a história do protesto negro no país, para eles a união era a força, pois expandir a luta do negro nos diversos âmbitos da sociedade brasileira era

---

<sup>7</sup> Foi um importante movimento negro brasileiro, tendo sido reconhecido como partido político em 1936 vigendo até o golpe de 1937.

de grande relevância. O movimento tornou-se mais exigentes em relação à educação, já que o país passava pelo período de redemocratização (DOMINGUES, 2007), a MNU passou a

(...) intervir amiúde no terreno educacional, com proposições fundadas na revisão dos conteúdos preconceituosos dos livros didáticos; nas capacitações de professores para desenvolver uma pedagogia interétnica; no papel do negro na história do Brasil e, por fim, erigiu-se a bandeira da inclusão do ensino de história da cultura africana e afro-brasileira (DOMINGUES, 2007, p. 115)

Já na década de 1990 vemos as lutas dos movimentos negros em relação a educação se intensificando, pois na época pesquisas mostravam o quanto a população negra

(...) estaria em defasagem em relação ao contingente populacional branco, em vários indicadores: saúde, educação, mercado de trabalho, entre outros. As pesquisas também serviam para comprovar o quanto a discriminação estava presente em nossa sociedade (PEREIRA; SILVA, 2012, p. 5)

Para isso percebemos que apesar dos movimentos negros lutarem por uma sociedade igualitária, os mesmos ainda eram minoria nas escolas, e principalmente no mercado de trabalho, pois o preconceito e a desigualdade continuavam, às vezes explícito em outras de forma velada. Sendo que a luta pela implementação de um ensino voltado para a cultura negra possibilitaria uma menor evasão das escolas por parte da população negra. Também contribuía para quebrar estereótipos que foram construídos desde o século XVI, ou seja, mostrar a riqueza cultural dos diversos povos da África, a participação no processo de formação do Brasil, e não apenas retrata-los como uma “raça inferior” que serviam apenas para o trabalho escravo, estes movimentos como cita ABREU E MATOS (2008, p. 12) querem “o reconhecimento, a valorização e a afirmação da identidade e dos direitos afro-brasileiros”.

No final da década de 90, ocorriam mudanças no cenário educacional do Brasil especificamente nos anos de 1996 e 1997 (LDB e PCNs). Depois de muito debate, foi aprovada a lei 10.639/03 que deu visibilidade para o ensino de história Africana e Afro-brasileira, escolhendo valorizar e, também, chamando a atenção de pesquisadores na área da educação, incentivando uma política educacional inclusiva e mais aberta a novos diálogos como ABREU E MATOS apontam:

As conexões entre os dois textos produzidos por governos de orientação política distinta, revelam como esse tipo de intervenção resultou principalmente do crescimento da força política dos movimentos negros na sociedade brasileira pós-redemocratização, e da formação de um novo

consenso no campo pedagógico em relação ao chamado “ mito da democracia racial” no Brasil. Pelos dois documentos oficiais, fica evidente que não é mais possível pensar no Brasil sem uma discussão da questão racial ( ABREU; MATOS, 2008, p. 6).

O tema transversal da pluralidade cultural que está nos PCNs vai desconstruir a ideia enraizada de uma cultura eurocêntrica principalmente nos livros didáticos, trazendo à tona uma discussão importante, o Brasil de muitas culturas, culturas estas que foram marginalizadas, exemplo a cultura indígena, asiática e dos próprios negros, como explicitam as autoras ABREU e MATOS (2008) que há uma dificuldade de romper com o preconceito que foi implantado ao longo dos anos, pois precisaria criar um debate com teorias há muito tempo impostas, precisaria de um novo modelo, na qual abrangesse todas essas culturas que fizeram e fazem parte da sociedade brasileira.

“Art. ["Art. 26-A.](#) Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

["Art. 79-A.](#) (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’.”<sup>8</sup>

Como foi mencionado, a lei 10.639 foi promulgada em 9 janeiro de 2003, porém foi aprovada no ano de 1999, mas apenas no governo Lula ela entrou em vigor, sendo que esta lei promoveu mudanças na LDB, com alterações em seus artigos 26-A, 79-A e 79-B, na qual está exposto no enunciado da lei 10.639. Promovendo dessa forma a inclusão nos ensinos fundamental e médio do estudo de história e cultura africana e afro-brasileira, além da inserção no calendário escolar do Dia da Consciência Negra (20 de novembro).

Nesse mesmo ano, no dia 21 de março foi criada uma a Secretaria Especial de Políticas Públicas da Igualdade Racial SEPPPIR, que tem como principal objetivo “assumir o compromisso histórico de romper com entraves que impedem o desenvolvimento pleno

---

<sup>8</sup> <http://www.planalto.gov.br>



da população negra brasileira” (RIBEIRO, 2004, p. 8) Mostrando dessa forma o apoio à lei 10.639 e sempre lutando contra o racismo e viabilizando a promoção da igualdade entre negros e brancos, pois como é mencionado na LDB a importância da lei na educação brasileira.

A obrigatoriedade de inclusão de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos de educação básica trata-se de decisão política, com forte repercussão, inclusive na formação dos professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura do seu povo, buscando reparar danos que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe a população negra ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capaz de construir uma nação democrática” (LDB, 2004, p. 17)

Antes da sanção da lei, poucas instituições superiores de ensino ofereciam cursos voltados para a temática africana e afro-brasileira, ou seja, não era apenas as escolas que não debatiam sobre tal temática mas o ensino superior brasileiro ainda era deficiente ao trabalhar essa questão tão importante (ABREU; MATOS, 2008). Quando a LDB, traz em seu bojo a importância de se educar em uma sociedade multicultural e pluriétnica, ressalta a importância de respeitar e valorizar o outro, exercendo a democracia e criando desta forma uma sociedade mais igualitária. Tendo em vista que a lei 10.639/03 veio quebrar paradigmas do ser negro, ou seja, parar de associar “ser negro” a algo negativo reconstruir uma nova ideia e a partir dessa reconstrução reconhecer que a cultura negra é diversificada, além de trabalhar a identidade e incluir nas escolas estudantes que até então não se sentiam incluídos.

## **II. A HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA E A UTILIZAÇÃO DE NOVAS METODOLOGIAS E FONTES**

Para compreender a complexidade e o processo pelo qual a disciplina *história* passou, é preciso fazer uma volta ao passado, antes de falarmos desta história atual que tem em seu bojo diversas metodologias que foram conquistadas ao longo desses anos através de lutas. A disciplina surgiu em 1837 com a criação do colégio Dom Pedro II, o colégio viria suprir o desejo da corte, na qual apenas os filhos da nobreza poderiam usufruir. Logo em seguida surgiu o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sendo que este como BITTENCOURT (2003) aponta “tinha como função construir a genealogia nacional, no sentido de dar uma identidade à nação brasileira”. Sendo que os

professores do colégio eram também membros do Instituto e suas decisões também afetavam a instituição escolar. Neste período a disciplina história teria um norte, ou seja, o que a mesma deveria trabalhar em sala de aula, dando destaque para a cultura ocidental e a História do Brasil seria apenas mais um apêndice incluso.

Desde o final do século XIX para o início do século XX esta disciplina foi se transformando, apesar da forte influência do IHGB, porém ainda valorizava apenas a história dos grandes homens que servia para exaltar a nação, além do patriotismo, o nacionalismo e a moral. No entanto no século XX essa disciplina vai enfrentar alguns percalços, mas havia uma preocupação em se trabalhar a formação da nacionalidade e identidade nacional brasileira levando os sujeitos “a compreensão da continuidade histórica do povo brasileiro” (BITTENCOURT, 2003).

Os anos em que a história sofreria grande impacto seria no período da Ditadura Civil-Militar. Os anos de autoritarismo praticamente extinguiram as disciplinas de história e geografia no curso colegial substituindo as mesmas por “estudos sociais”. Para BITTENCOURT (2003) “a fusão empobreceu os conteúdos de ambas as disciplinas, pois a ênfase estava agora no civismo”.

A partir da década de 80, com a Nova História, a História Social, História Cultural, outras fontes, temas, sujeitos históricos adquiriram importância para as pesquisas de história pois esta década é conhecida como o período de redemocratização do país e as disciplinas história e geografia voltam a fazer parte do currículo escolar brasileiro. Para Guimarães,

Nos anos 80 vivenciamos uma realidade contraditória e rica. De um lado, um amplo debate, troca de experiências, um movimento de repensar problemáticas das várias áreas. De outro a permanência de uma legislação elaborada em plena ditadura (FONSECA, 2003, p. 25).

Os professores não aceitavam mais o currículo imposto pela ditadura civil-militar e lutaram por mudanças:

No amplo debate ocorrido nos anos 80, no interior do processo de redemocratização do país, greves de professores, lutas pelas eleições diretas, eleições diretas para governadores, ocorreram no processo de reformulação dos currículos na maioria dos estados brasileiros. Do Acre ao Rio de Janeiro, estendendo-se ao sul do país, nas redes de ensino dos grandes e médios municípios, as experiências de escolas de educação básica ligadas às universidades revelaram alguns caminhos do ensino de história nestes últimos anos (FONSECA, 2003, p. 25).

Essas mudanças ocorreram com mais veemência nos anos 90, sendo que esta década vai ser marcada por grandes feitos para a área educacional. A história voltou a ser disciplina autônoma separando-se da geografia nas últimas séries do fundamental, ampliando também espaço no Ensino Médio, reconhecendo dessa forma a importância da disciplina no currículo da educação brasileira. Dessa forma FONSECA aponta:

O conteúdo da história ensinada assumiu diferentes imagens nos diversos espaços onde se processam os debates, as discussões e as reformulações, visando revalorizá-la como campo de saber autônomo fundamental para a formação do pensamento de cidadãos (FONSECA, 2003, p. 26)

Estas discussões ampliam-se de tal maneira que durante o governo de Fernando Henrique Cardoso é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação nacional que prevê o processo de unificação curricular e de avaliações nacionais. Já no de 1998, foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), nesse período também o governo adotou “uma série de medidas que provocaram mudanças na história da educação brasileira em especial das disciplinas” (FONSECA, 2003).

Estas mudanças nas disciplinas vão ocorrer devido a necessidade de trazer à tona discussões mais pertinentes e ligadas à História do Brasil. Os professores realizavam encontros e debates para refletir como deveria ser trabalhada a disciplina história em sala de aula e o que os professores deviam ensinar. Estas perguntas surgiram em meio à estas transformações sociais pois, o século XX vai ser marcado por uma nova historiografia, aquela que busca mostrar os marginalizados, a cultura indígena, africana, asiática, nasce a historiografia científica, que não beneficia apenas a história tradicional, mas busca mostrar a trajetória daqueles que fazem parte da sociedade, que formaram o Brasil - nação, estas questões apenas debatidas no Ensino Superior, logo chegam nas salas de aulas, dando mais possibilidades aos professores de ampliarem o conhecimento de seus alunos (BITTENCOURT, 2003).

Acompanhar as mudanças que a disciplina história passou ao longo dos anos, requer repensar várias dimensões do social. Não podemos pensar o mundo moderno sem uma escola, pois a instituição escolar vai além de formar indivíduos para o mercado de trabalho. A escola é dotada de uma dinâmica própria – saberes, hábitos, valores, modos de pensar, estratégias (FONSECA, 2003, p. 34).

O professor pode incluir no processo de ensino-aprendizagem do aluno, novas metodologias e fontes como a análise filmes, músicas, jornais, quadrinhos, literatura,

documentário, sempre usando temas relevantes, que possam contribuir no processo de formação cidadão, pois como FONSECA cita

O professor, ao diversificar as fontes, e dinamizar a prática de ensino, democratiza o acesso ao saber, possibilita o confronto e o debate de diferentes visões, estimula a incorporação e o estudo da complexidade e da cultura e da experiência histórica (FONSECA, 2003, p. 37).

Estas novas metodologias e fontes como o uso de filmes/documentários, canções, jornais, vão ganhar seu espaço nas salas de aulas, abrindo discussão para como se deve ser trabalhada essas novas fontes e as diferentes linguagens que trazem consigo, criando também uma flexibilidade e dinâmica para aulas dos professores de história e de outras disciplinas.

As metodologias de ensino, na atualidade, exigem permanente atualização, constante investigação e contínua incorporação de diferentes fontes em sala de aula. O professor não é mais aquele que apresenta um monólogo para os alunos ordeiros e passivos que, por sua vez, “decoram” o conteúdo. Ele tem o privilégio de mediar as relações entre os sujeitos, o mundo e suas representações, e o conhecimento, pois as diversas linguagens expressam relações sociais, relações de trabalho e poder, identidades sociais, culturais, étnicas, religiosas, universos mentais constitutivos da nossa realidade sócio histórica (FONSECA, 2003, p. 164).

Ao utilizar estas metodologias e fontes, o professor deve estar atento na preparação da aula, pois cada nova ferramenta tem que ser minuciosamente preparada para que alcance o objetivo desejado. Tendo em vista que o professor cria um diálogo rico a partir das ferramentas que usa, na qual faz com que os alunos se interessem pelo tema.

### **III. A EXPERIÊNCIA DO ESTADO SUPERVISIONADO E O FILME COMO FONTE DE HISTÓRIA:**

Durante a experiência do Estágio Supervisionado III tivemos a oportunidade de trabalhar a temática Africana na escola estadual Irmã Sá nas turmas de 1º, 2º e 3º ano do ensino médio. Nosso objetivo era desconstruir a imagem negativa sobre o continente africano que a mídia e alguns livros didáticos repassam sobre a África.

Nossa primeira aula foi na turma do 2º b. Nesta aula tivemos alguns problemas, pois, nossa meta não foi alcançada, pois acabamos reafirmando o que os veículos de comunicação retratam do continente. Porém ainda tínhamos quatro aulas, então mudamos nossa metodologia e pesquisamos mais sobre o tema e acabamos por descobrir um vasto material sobre a África e percebemos que podíamos sim alcançar nossos objetivos.

Na segunda aula na turma do 3º ano A, começamos explorando o conhecimento prévio dos alunos sobre o continente africano. Muitos estavam tímidos, mas logo começaram a participar. Identificamos que a maioria dos estudantes sabia muito pouco do continente africano e sempre acabava relacionando com a fome e a pobreza, além de dizer que o continente era um país. Após este momento iniciamos nossa aula, na qual trabalhamos a desconstrução de alguns mitos sobre a África, em seguida apresentamos que foi na África que surgiu os primeiros indícios de vida humana, além de grandes civilizações, como o Egito, o Reino de Songai, Zimbabué, Congo e o de Mali. Todos estes reinos tinham algo em comum: a imensa riqueza cultural, que ia desde a dança até a religião.

Tínhamos como objetivo analisar os principais aspectos da história do continente africano desde a formação dos primeiros reinos até o processo de colonização. Levando em conta, a África pré-colonial, o processo de colonização, a diáspora, a formação das sociedades e os aspectos geográficos do continente africano. Para isso tivemos como apoio dois livros didáticos que discutiam somente a temática africana e afro-brasileira, o primeiro livro “África e Brasil africano” da autora Maria de Mello e Souza (2009) e o segundo a “África está em nós”, do autor Roberto Benjamim (2010), além de pesquisas feitas na internet.

Em todas as quatro aulas com exceção da primeira trabalhamos também com o documentário *Atlântico Negro na rota dos orixás* (1998) do diretor Renato Barbieri. Este documentário, lançado há vinte anos, traz temas importantes sobre a África e o Brasil. Além disso, também trabalha temas importantes tais como o preconceito, a religião afro-brasileira e a desconstrução de mitos sobre este continente.

A partir deste documentário aplicamos uma avaliação em que os alunos deveriam responder perguntas relacionando os temas abordados no filme com o conteúdo das aulas. Muitos alunos compreenderam que África é muito mais que fome, pobreza e morte. Ao final das aulas vimos que tínhamos conseguido não apenas desconstruir mitos, mas ajudamos os alunos a refletirem sobre os aspectos da História da África, levando os mesmos a valorizar a diversidade e a riqueza cultural deste imenso continente, além da grande contribuição na formação do Brasil.

Quando escolhemos trabalhar o documentário em sala de aula, percebemos que esta ferramenta é muito usada pelos professores para dialogar com os alunos e criar uma

aula mais dinâmica. O professor de história, no entanto, deve fazer a mediação entre as questões abordadas em filmes e documentários com o conteúdo que quer trabalhar em sala de aula, pois estas fontes não foram criadas para ser recurso didático e tem sua própria trajetória histórica desde o século XIX.

O surgimento do cinema se tornaria para países industriais como o Estado Unidos e França um objeto de consumo pelas grandes massas, gerando lucro e dessa forma divertindo expectadores em grandes salas permanentes. A partir dessa popularização, o cinema tornou-se interessante para governantes, pois viram que podiam utilizar-se desta ferramenta para a divulgação de seus ideais. Nesse sentido, o cinema foi “usado pelo Estado e o sistema político vigente como verdadeira arma ao seu favor em países mais autoritários como a União Soviética e a Alemanha nazista” (LUCIANO, 2015, p. 4):

Em todos esses casos a história está presente e suas retratações nos cinemas possibilitaram várias ideias, aproximaram mais as pessoas de seu próprio contexto cultural e foram usadas como manobras de manipulação popular ao mesmo tempo em que serviam para revolucionar a metodologia educacional, pois através das imagens e dos diálogos o filme pode despertar pensamentos, dependendo da forma como é utilizada em sala de aula, pois ele pode ser utilizado de diversas formas como fonte histórica (REIS, 2015, p. 5).

Então faz-se necessário o uso desta fonte no ensino de história, pois ela amplia o conhecimento para além da sala de aula, pois a utilização do cinema como recurso didático propõe facilitar o processo ensino-aprendizagem, auxiliando o estudante a encontrar novas maneiras de pensar e entender o processo histórico de forma crítica e reflexiva (BRAGA, 2017, p. 5). No Brasil, o cinema chegou na última década do século XIX por volta de 8 de julho de 1896, sendo que só no de 1897 ocorreria a inauguração da primeira sala de exibições. Contudo o “a utilização do cinema como fonte de pesquisa e como reforço de metodologia do ensino de história no Brasil se deu mais recentemente em um movimento de intelectuais conhecido como Escola Nova” (Luciano, 2015, p. 7). Segundo este movimento:

Um documento denominado manifesto dos pioneiros da educação, exigia uma escola de ensino completamente diferente do que era feito até então, que fosse laica, pública, única, obrigatória, e gratuita, nomes como Fernando Azevedo, Afrânio Peixoto, Anísio Teixeira e Edgard Roquete Pinto faziam parte desse movimento que também viam o cinema um forte potencial didático, porém a prática não era muito regularizada e muito menos aproveitável (REIS, 2015, p. 7).

Entretanto apesar deste movimento tentar trazer para a escola o cinema não conseguiu que fosse implementado como ferramenta metodológica regular, sendo que o

cinema não é mais algo novo, porém a preocupação para utilizá-lo é recente, pois nos últimos anos tornou-se uma ferramenta em que muitos professores incluíram no seu plano escolar. Ao utilizarmos o documentário *Atlântico Negro na rota dos orixás* tivemos a possibilidade de suscitar nos alunos a importância de respeitar a cultura de outros povos e desmitificar ideias preconceituosas que foram implantadas há muito tempo.

#### **IV. ANÁLISE DO DOCUMENTÁRIO POR MEIO DAS SUAS NARRATIVAS (Documentário Atlântico Negro na Rota dos Orixás).**

No ano de 1998 era lançado pela produtora Gaya Filmes, o documentário “*Atlântico Negro na rota dos orixás*”<sup>9</sup>. Filmado em dois continentes (América do Sul - Brasil), nas cidades do Maranhão e Bahia e no continente Africano na cidade de Benin. O documentário evidencia as narrativas de historiadores, antropólogos e sacerdotes africanos e brasileiros. Este documentário ganhou diversas premiações nacionais e internacionais, além de versões em francês, espanhol e inglês.

Contudo, é necessário compreender o porquê do nome ser Atlântico Negro (na rota dos orixás). O Atlântico Negro é um conceito que vem de um sociólogo francês chamado Paul Gilroy que na década de 90 escreveu um livro que enfatiza que o mar tinha muitas *trocas culturais*. Uma espécie de *mão dupla* tanto na América quanto na África. Esse Atlântico Negro seria como se fosse um corredor, o autor usa o mar como uma licença poética de trocas culturais, então essa cultura seria uma *cultura híbrida* (SANTOS, 2001, p. 01).

A formação dessa rede possibilitou às populações negras durante a diáspora africana formarem uma cultura que não pode ser identificada exclusivamente como caribenha, africana, americana ou britânica, mas todas elas ao mesmo tempo. Trata-se da cultura do Atlântico Negro, uma cultura que pelo seu caráter híbrido não se encontra circunscrita às fronteiras étnicas ou nacionais. Ao longo de 419 páginas o autor repensa a modernidade por meio da história do Atlântico Negro e da diáspora africana no hemisfério ocidental, conduzindo-nos de maneira instigante por rotas de difícil navegação (SANTOS, 2001, p. 01).

---

<sup>9</sup> O documentário *O Atlântico Negro na rota dos Orixás* teve projeto e roteiro de Victor Leonardi/Renato Barbieri, direção e produção Renato Barbieri, pesquisa de Victor Leonardi, direção e fotografia Carlos André Zalasik, som direto Samuel Braga, trilha sonora original Kodiak Bachine, narração João Acaibe, montagem Saulo Lamounier, informações técnicas (54min/colorido/português/35MM), consultoria Alberto da Costa e Silva/ Milton Guran / Carlos Moura, patrocínio Ministério da Cultura/ Itaú Cultural/ Polo de Cinema e Vídeo do DF, distribuição GAYA filmes.

O livro traz a diáspora africana, tema também abordado no documentário, sendo que diáspora é o nome dado ao processo de dispersão do povo judeu, GILROY traz o conceito diáspora aplicando nos grandes deslocamentos das populações negras do continente africano para diversas partes do mundo que aconteceu no século XVI, na qual uma das rotas principais seria o Atlântico. Para Gilroy (1993) apud SANTOS a diáspora rompe a sequência dos laços explicativos entre lugar, posição e consciência, conseqüentemente rompe também com o poder do território para determinar a identidade. Este modelo de Atlântico Negro usado pelo autor cria uma desterritorialização, opondo-se a uma cultura territorial fechada, ou seja, a diáspora permitiu através do Atlântico o fluxo e refluxo de cultura permitindo às populações dispersas conversar, interagir e efetuar trocas culturais.

A década de 1990 foi marcada por discussões importantes em torno de temas como a globalização, cultura, identidade, nacionalismo, hibridismo e multiculturalismo (SANTOS, 2001). O livro de Gilroy entra neste debate, fazendo uma análise da cultura negra desenvolvida dos dois lados do Atlântico. Em 1998, após cinco anos do lançamento do livro de Gilroy (lançado em 1993) o renomado diretor Renato Barbieri juntamente com o historiador Victor Leonardi produziam e lançavam o documentário Atlântico Negro na rota dos orixás, mostrando as semelhanças entre os dois países e o papel fundamental que o atlântico teve na dispersão dos povos do continente africano.

O documentário tem uma ligação forte com livro de Gilroy, pois o diretor Renato Barbieri analisa a ligação especial que existe entre África e Brasil ressaltando a cultura híbrida que extrapola os limites de territorialidade. O documentário começa mostrando como primeira imagem o mar Atlântico com sua imensidão, logo em seguida os relatos de dois sacerdotes “pai Euclides” de São Luiz no Maranhão (Brasil), descendente de africanos, e Avimanjá-non da cidade de Uida no Benim (África). A troca de relatos sobre fatos históricos e o sentimento de pai Euclides em conhecer o lugar onde seus ancestrais viveram vai ser evidenciado ao longo do documentário.

A narração do documentário vai destacando a riqueza que o imenso continente africano deixou para o Brasil, que começa “na religiosidade, musicalidade, no gestual, no gosto pelas cores, nos ritmos, na alegria, na dança, na linguagem portuguesa” – (10:00 MINUTOS), vemos todo esse conjunto no cotidiano não só dos brasileiros, mas na tradição dos povos africanos, pois o papel principal do documentário é desconstruir visões etnocêntricas e de senso comum relacionadas ao continente e seus países. Nos primeiros dez minutos o documentário mostrar uma África diferente do que nos habituamos a ver e



estudar, uma África especificamente no Benim em que as crianças brincam com os voduns, mulheres dançando com roupas coloridas e um Benim que está no processo de modernização sem deixar de lado a tradição.

Benim ou república do Benim é país da região ocidental da África, que vai ter um papel importante no documentário, não só pela sua cultura, mas por que durante muito tempo diversas pessoas de diferentes etnias eram obrigadas a entrar nos navios negreiros que encostavam e saiam do porto das cidades do Benim e eram levados através do Atlântico para as Américas em especial para o Brasil (18:00 minutos).

No documentário percebemos que o Benim conseguiu sua independência na década de 90, que antes de ser o Benin moderno era o antigo reino do Daomé, onde a maior parte dos grupos étnicos adotam a poligamia. No Benim são falados mais de 40 idiomas e o Fon é a língua mais difundida (6:00 MINUTOS). Alguns historiadores relatam no documentário a grandeza dos reinos africanos e das civilizações que ali existiram antes da chegada dos europeus. Reinos como de Benim, Zimbabué, Oio, Congo e muitos outros. Nestes relatos vemos ainda que os africanos foram os pioneiros na criação de gado extensivo, agricultura tropical e técnicas de como trabalhar com ferro, essas informações que os historiadores repassam através do documentário mostra que pouco sabemos deste imenso continente.

As diferentes religiões e as diferenças entre o Brasil e o Benin africano também são tratadas no documentário. Na África temos diversas religiões tais como o islamismo, o Vodun e no Brasil temos o catolicismo, o culto aos orixás e outras. Contudo no vídeo fica evidenciado o culto aos voduns no Benim e dos orixás no Brasil. A religião dos voduns diz respeito à coletividade e não apenas ao indivíduo. O vodun é o protetor de uma comunidade seja ela uma família ou uma aldeia. Já os orixás estão muito ligados a noção de família, sendo que seria um ancestral divinizado. As divindades têm alguns aspectos em comum e no documentário o narrador retrata esses aspectos e, também, as diferenças. Estas religiões por muito tempo e até nos dias atuais ainda sofrem um grande preconceito, pois muitos sujeitos as relacionam com algo do mal e demonizam estas práticas. A Igreja Católica por muito tempo foi responsável por construir uma visão negativa sobre as religiões de matrizes africanas, o que causou preconceito e uma perspectiva totalmente errada sobre o culto aos voduns e aos orixás.

Outro aspecto relevante no documentário são as guerras tribais entre os daomeanos e os iorubá, dois povos cujas as histórias estão muito ligadas a do Brasil. As guerras entre esses povos favoreceram o comércio de escravos, pois quem ganhava vendia

ou trocava por quinquilharias os sujeitos vencidos nas guerras com os portugueses. Por muito tempo esse ciclo sustentou a escravidão nas Américas, pois como aponta a fala do historiador Karl Emdnue no documentário:

Os primeiros chefes negros que tinham escravos domésticos vendiam seus escravos. Quando a demanda se tornou maior foi necessário ir buscar escravos no interior, o que provocou o início das guerras fratricidas entre os negros. Antes eram guerras nacionais tal rei contra tal rei. Mas depois o mercantilismo ligado ao tráfico levou a fazer guerras de lucro, para ter muitos escravos e vendê-los aos navios ocidentais para receber quinquilharias, fuzis, tudo isso, escravo contra fuzil, tudo isso criava um circuito infernal que não se saia mais (14:32 MINUTOS).

Esse ciclo vicioso perdurou por muito tempo e estes prisioneiros de guerra eram vendidos para os europeus e revendidos nas Américas para países como Brasil, Cuba, Venezuela, muitos portos nesse período surgiram em diversas capitais do continente africano. Na cidade de Uidah ficava um dos maiores portos de embarques de escravos “os negros caminhavam cinco quilômetros da cidade até o porto nesse percurso todo escravo que ia ser vendido era obrigado a dar voltas em torno de uma árvore, a árvore do esquecimento” fala do narrador João Acaibe.

A árvore do esquecimento, os escravos homens deviam dar nove voltas em torno dela. As mulheres sete voltas. Depois disso supunha-se que os escravos esqueciam a memória, esqueciam seu passado, sua identidade cultural, para se tornarem seres sem nenhuma vontade de reagir ou se rebelar. Que aberração! Que contradição! Na história humana alguém já viu um nagô esquecer suas origens, sua identidade cultural, se ela está tão marcada em seu rosto e tão enrustada em seu coração?” (NARRAÇÃO, JOÃO ACAIBE, 16:00 minutos).

Porém os escravos não esqueciam nada, levavam consigo através da imaginação o que viveram na África e recriavam suas divindades, sua cultura, nos lugares em que eram obrigados a trabalhar. O tráfico de escravos da África para o Brasil durou 350 anos. Mais de 4 milhões de negros foram embarcados na costa africana com destino à Bahia, Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, entre outros estados. Os principais portos de onde saíam os navios rumo às capitais brasileiras localizavam-se no golfo do Benim, Angola, Nigéria, São Tomé, Senegal e Moçambique, povos de diferentes tribos. Neste período a região de Uida ficou conhecida como costa do escravo, nesta cidade vemos através nas construções a forte presença portuguesa, onde vários traficantes e comerciantes baianos instalaram-se. O mais famoso deles foi Chachá Francisco Félix de Souza o maior traficante de escravos da costa atlântica da história, “Francisco Felix era um agente operacional do capital baiano naquela costa, e ele

constituiu segundo o príncipe de Joinville a maior fortuna conhecida da época no mundo” discute o antropólogo Milton Guran no documentário. João Acaibe também coloca:

A força de trabalho do africano era o que mais interessava os escravistas, mas nos porões dos navios, além de músculos vinham ideias, sentimentos, tradições, mentalidades, hábitos alimentares, ritmos, canções, palavras, crenças religiosas, formas de ver a vida, e o que é mais incrível, o africano levava tudo isso dentro da sua alma, pois não era lhe permitido carregar seus pertences (NARRADOR, JOÃO ACAIBE, 1998, 20:14 MINUTOS).

Essa representação cinematográfica nos dá uma dimensão de como foi o período de mercantilização da África e como a escravidão impulsionou guerras tribais e criou um ciclo em que milhões de africanos acabaram perdendo suas vidas e foram obrigados a trabalhar forçadamente em outros continentes. Dessa forma um intercâmbio (mesmo que forçado) biológico, econômico e cultural surgiu entre a África e o Brasil através do atlântico.

Os terreiros da Bahia e no Maranhão são como diz o narrador “ilhas de África no Brasil”, pois têm como função manter viva as tradições que há muito tempo foram trazidas e recriadas, sendo que há uma grande diversidade religiosa nestes terreiros de candomblé como o aié, axé, opô ofonjá e casa branca. Um deste terreiros é o “terreiro de vodun casa das minas” o mais antigo de São Luiz do Maranhão, fundado por uma rainha que foi trazida como escrava para o Brasil. A casa das minas, a casa nagô, a casa da tutia deram origem a aproximadamente 2.000 terreiros no Maranhão segundo aborda o documentário.

Contudo muitos africanos ou descendentes não quiseram reconstruir suas vidas no Brasil, estes sujeitos preferiram voltar para a África e recomeçar em sua terra natal, mas já não se denominavam africanos e sim brasileiros. No vídeo Renato Barbieri e sua equipe foram visitá-los no Benim e foram muito bem recebidos, estes descendentes vivem hoje nas costas litorâneas do Benim, Nigéria e do Togo, mesmo não falando a língua portuguesa estes brasileiros não escondem o amor que sentem pelo Brasil.

Os descendentes de brasileiros que moram no Benim são conhecidos como os agudás, até hoje eles mantem várias tradições brasileiras, os mesmos são a expressão viva da cultura brasileira na África:

Quem são esses agudás de hoje? Eles são os descendentes dos antigos traficantes baianos que se estabeleceram nesta região, descendentes dos antigos ex-escravos que retornaram principalmente da Bahia para essa região. Então quando ele volta, sobre tudo em uma sociedade organizada por linhagens e clãs como são as sociedades africanas, ele não tem onde entrar, porque ele é um excluído, o indivíduo que voltou, e que não tinha lugar naquela sociedade ele disse “pera ai”, mas na verdade nós nascemos de novo no Brasil (FALA DE MILTON GURAN, 27:52 minutos).

Os agudás são considerados os intermediários, entre os brancos e negros, pois a cor da pele é clara e a forma de se vestir é diferente. A comunidade brasileira no Benim pertence a três sistemas religiosos sendo o islamismo, o catolicismo e o culto aos voduns e orixás. Vemos que a influência dos agudás na sociedade africana é desde a arquitetura até a religião, estes descendentes que se denominam brasileiros, construíram grandes casas em estilo luso-tropical.

Na religião, foi levado para o continente africano a Festa do Nosso Senhor do Bonfim, festa esta que foi trazida de Salvador na Bahia que se organiza no terceiro domingo de janeiro, então os descendentes de brasileiros que se reúnem. Durante dois dias os agudás saem nas ruas, fazem piqueniques e realizam a Festa da Burrinha<sup>10</sup>, que tem muito a ver com o Bumba Meu Boi, além do carnaval e também os grandes bonecos tão parecido e conhecidos em Pernambuco como os bonecos de Olinda. Estas riquezas culturais que os agudás preservaram ao longo dos anos permitiu que o Brasil também fizesse parte do seu dia-a-dia.

Quase ao final do documentário vemos a festa de Iemanjá em Salvador (Bahia) e no Benim na (África), mostrando o quão forte é a ligação entre estes lugares, vemos ainda a mensagem de pai Euclides para o sacerdote de Uida no Benim e o respeito que os mesmos tem um pelo outro apesar da distância que há entre eles. Percebemos neste filme de 54 minutos um leque de oportunidades para entender melhor entender a África e o Brasil, pois para conhecer um é preciso saber sobre o outro. O Atlântico Negro ao invés de separar uniu povos e culturas dos dois continentes.

Portanto este documentário surgiu em um momento que foi fundamental para dar visibilidade a importância dos negros para com a sociedade brasileira, e fomentar os movimentos negros em prol da educação. Para isso o documentário coloca em pauta questões relevantes como a cultura negra, a religião, o preconceito, o racismo e como estes temas podem ser discutidos tanto na educação básica quanto no ensino superior.

## **VI. DOCUMENTÁRIO ATLÂNTICO NEGRO NA ROTA DOS ORIXÁS COMO RECURSO DIDÁTICO.**

Ao utilizar o documentário *Atlântico Negro na rota dos orixás* é importante fazer uma pesquisa sobre o mesmo, antes de apresentá-lo aos alunos, pois o filme não pode ser

---

<sup>10</sup> Uma forma antiga do bumba-meu-boi.

apenas uma mera diversão. Sendo importante o professor diversificar a utilização de fontes na sala de aula, pois além das fontes escritas poderá utilizar-se de filmes.

O professor pode incluí-lo no seu planejamento escolar, levando em consideração que na hora de utilizar o filme deve ter em mente que estes não são meros reflexos da realidade. Em muitos casos trazem apenas fragmentos de fatos que foram importantes, por isso o papel do professor é relevante no momento de esclarecer dúvidas que o filme não elucidou, dessa forma o professor leva os alunos a ter uma percepção mais crítica do conteúdo apresentado no filme. É necessário levar em conta que “filme deve ser adequado à faixa etária, ao nível de ensino, estar diretamente relacionado com os conteúdos e respeitar os valores socioculturais do meio onde a escola está inserida” (VIACAVA, 2014, p.1).

Quando o documentário for utilizado pelo professor em sala de aula, o mesmo deve fazer apresentação da sinopse (ficha técnica, curiosidades, prêmios, elementos da linguagem cinematográfica), exibição do filme/trecho e debate sobre temas apresentados em determinados trechos do filme.

Preparar uma boa aula e propor leituras mais ambiciosas para aguçar a curiosidade dos alunos sobre o que o documentário Atlântico Negro aborda, fazendo uma introdução sobre o continente africano e sua ligação para com o Brasil. Fazer um diagnóstico sobre as informações que os estudantes sabem sobre a história africana e afro-brasileira relacionando com suas experiências de vida “deixando claro a importância e a razão de estudar esta temática” (FONSECA, 2003).

Em seguida desenvolver os diversos temas trazidos pelo documentário, para isso é necessário fazer um roteiro com perguntas que os alunos poderão responder ao longo da aula ou no final fica a critério do professor. Após isso “fazer a desmontagem do filme, seguindo as perguntas do roteiro e as respostas, as interpretações e os questionamentos dos alunos” (FONSECA, 2003), pois é necessário torna-los não apenas expectadores, mas sujeitos críticos e exigentes ao conteúdo apresentado relacionando com os temas que estão sendo trabalhados em sala de aula. Fazer com que os alunos aprendam a perceber que as imagens e o documentário tem um teor de informação, que pode estar vinculado há um momento que esteja vivenciando ou algo que aconteceu no passado, criando no mesmo uma consciência crítica juntamente com o objetivo de transformá-lo em um sujeito ativo dentro da construção do saber.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história como disciplina passou por grandes desafios para se consolidar como uma disciplina autônoma. A trajetória da mesma também está ligada às lutas dos movimento negros por direitos iguais, por uma educação que incluísse todos e não excluísse pela cor, pelo cabelo, uma educação que reconhecesse que os povos oriundos do continente africano assim como seus descendentes deveriam ser retratados de forma positiva nos livros didáticos, exaltando a grandeza, a força, os grandes reinos que estes formaram, a sua cultura tão rica. A escola juntamente com o professor tem um papel fundamental nesta transformação na luta contra o racismo e o preconceito.

Dessa forma enfatiza-se a importância de se trabalhar com filmes/documentários para discutir um tema importante para a sociedade brasileira. Alertamos que tanto os filmes ou os documentários em sua origem não tinham como intenção a sala de aula por isso o professor de história deve tornar esse recurso uma fonte histórica e problematizá-la. A fonte histórica pode e deve ser usada como recurso didático a partir de uma minuciosa pesquisa.

Considero que o documentário *Atlântico Negro na rota dos orixás* é muito mais que um simples filme de 54 minutos, ele vai além e mostra o que não sabemos sobre nossas raízes, emociona e cria um laço familiar. O expectador se encanta com as semelhanças e diferenças que há entre Brasil e África. Fontes como filmes, músicas, poemas, jornais, fotografias e muitas outras dinamizam as aulas para os jovens de hoje que estão tão conectados com as novas mídias. *Atlântico Negro na rota dos orixás* é um filme de 1998, mas continua tão atual com uma narrativa leve, mas que traz informações tão importantes.

## **FONTE FILMOGRAFICA.**

BARBIERI, Renato, Documentário; **Atlântico Negro Na Rota Dos Orixás**. <https://www.youtube.com>. Publicado por Obesouopreto. Acessado dia 07 de Dezembro de 2018 as 10:04 da manhã

## **REFERÊNCIA**

ABREU, M; MATOS, Hebe. **Em torno das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**”: uma conversa com historiadores. Estudos históricos, rio de janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro-junho de 2008, p. 5-20.

BRAGA, Braga, Udineia, artigo: O Uso da Mídia: **Cinema Como Ferramenta de Aprendizagem nas Aulas de História**. Extraído do site: [https:// www. Snh 2017. Anpuh. Org.](https://www.Snh2017.org)

**Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília/DF/outubro, 2004.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimentos Negros Brasileiros: Alguns Apontamentos Históricos**. Artigo recebido em abril de 2006 e aprovado para a publicação em março de 2007.

FONSECA, Selva, Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História: Experiências, Reflexões e Aprendizados/ Selva Guimarães Fonseca**. – Campinas, SP: papiros, 2003. – (coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).

**História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da Intimidade Contemporânea /** coordenador geral da coleção Fernando. A. novais; organizadora do volume Lilia Moritz Schwarz. – São Paulo: companhia das letras, 1998. – (história da vida privada no Brasil;

MARCIA Moreira Pereira e MAURICIO silva. Artigo: **Percurso da Lei 10.639/03: Antecedentes e Desdobramentos**, Extraído: Da Revista Linguagens e Cidadania, v. 14. 2012.

**O Saber Histórico na Sala de Aula/ Circe Bittencourt (org)**. 8. Ed. – São Paulo: contexto, 2003. - (repensando e ensinando).

4).

REIS, N. Luciano. Artigo: **Considerações Históricas Sobre o Filme a Selva**. Orientado pelo professor Arcângelo da Silva Ferreira, Universidade do Estado do Amazonas- Centro de Estudos Superiores de Parintins, Parintins, 2015.

SANTOS, Menezes, C, Eufrásia, resenha do livro: **Atlântico Negro. Modernidade e Dupla Consciência**, São Paulo, rio de janeiro, 34/ Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-asiáticos, 2001.

VIACAVA, Rodrigues, M, Vanessa, artigo: **o cinema como recurso didático nas aulas de história**. Extraído do site: [http:// www. Educadores. Dia-a-dia. pr. gov. br.](http://www.Educadores.Dia-a-dia.pr.gov.br)

<https://www.bbc.com/portuguese/amp/brasil-44091469>.

[https:// mundo da educação. Bol, uol, com.br/ história do brasil/ abolição – luta – escrava – por – liberdade.htm](https://mundo.da.educacao.bol.uol.com.br/historia-do-brasil/abolição-luta-escrava-por-liberdade.htm).



